

Que integração regional?

Texto de trabalho do coletivo “Cono Sur Sustentable”

Redação do texto: Jean Pierre Leroy*, com a colaboração de Marcelo Achkar**

I. A integração que conhecemos

A. Por onde caminha a integração ?

Quais são os significados da Integração regional no contexto atual, o de cada país, da região e do mundo? Levando em conta os múltiplos interesses que atravessam o debate e as iniciativas em curso, aparecem várias ambigüidades e contradições que impedem de simplificar a questão.

A integração está sendo imposta no contexto econômico global que leva à abertura indiscriminada das economias locais, com a presença crescente de multinacionais, à privatização das empresas públicas e, ainda em curso, à privatização dos serviços que eram públicos, à liberdade de movimentação do capital financeiro. A integração entendida assim tende a nivelar para baixo direitos trabalhistas, sociais e ambientais dos países envolvidos e a criar um ambiente político e econômico que permite às firmas transnacionais se mover na região exclusivamente em função dos seus interesses.

A integração regional busca uma re-arrumação das economias locais e da sua progressiva integração que oscila entre lhes dar mais força para se posicionar na economia global e, do outro lado, secundariamente, a formação um mercado regional. Aparecem então os interesses das principais economias da região (Brasil, Argentina) que ganham no comércio regional ao mesmo tempo em que o Mercosul lhes dá maior poder de barganha frente à economia mundial.

Ao mesmo tempo em que os Estados-nações mais sólidos economicamente buscam se fortalecer através da integração econômica, contraditoriamente, mas coerentemente, são levados, eles e os outros países da região, a abrir mão de parte da sua soberania em nome de regras e instâncias supra-nacionais, estabelecidas dentro do bloco e fora dele. Isso é coerente com o que já acontece no plano de cada país, quando os Estados cumprem o papel de facilitadores de uma economia sempre mais aberta e que dita, através dos quadros dirigentes das grandes corporações e dos seus aparelhos, os rumos do

* Educador. Coordenador do projeto BrasilSustentável e Democrático/Fase, membro do Programa Cono/Sur Sustentável.

** Sociólogo. Professor da Universidade de Montevideú, membro de Redeh-Amigos de la Tierra Uruguay e do Programa Cono Sur Sustentable.

crescimento, em nome do dogma que é esta economia que vai gerar riqueza, empregos e melhorias sociais.

A integração nesse sentido atua em mão dupla, embora os fluxos, do “norte” para o “sul” e do sul para o norte, sejam incomparavelmente desiguais: facilita o domínio das grandes corporações produtivas, comerciais e financeiras e dos Estados que as apóiam sobre a região, tendo como contrapartida que ela permite aos segmentos exportadores regionais ter mais força para penetrar, fazendo uso das suas vantagens comparativas, no mercado mundial, e aos setores produtivos da região importar na expectativa de participar do crescimento esperado.

Essa estratégia regional de exportação, bem ou mal, significa o início de uma política regional concertada, que construa uma integração não só econômica, mas também política. A integração aparece como embrião de um futuro poder supra-nacional (o que já se coloca com o anúncio da criação de um parlamento sul-americano) que garante ao mercado as condições para a sua plena realização.

B. As manifestações dessa integração.

Várias iniciativas dos governos da região exemplificam essa relação tencionada e contraditória entre a lógica do mercado e vontades – ou veleidades – políticas. Se a resistência à proposta norte-americana de formação da Alça prevaleceu, sob a liderança do Brasil e o forte movimento popular sul-americano, o projeto dos EUA de colocar de maneira duradoura a região sob a sua dependência pela via econômica está sendo posto em ação pelo caminho de acordos bi-laterais. Os EUA esperam assim criar com os países que aceitarem esses acordos laços que tornem impossíveis uma integração regional com uma real autonomia. O Mercosul e a CAN, nesse caso, não desapareceriam, mas não ultrapassariam o estatuto de acordos comerciais entre vizinhos, dentro do marco mais geral hoje sinalizado pela OMC, mas também do ditado pelos interesses norte-americanos, via o conjunto de acordos bi-laterais com diferentes países e o poder das suas multinacionais presentes na região.

A Iniciativa para a Integração da infra-estrutura sul-americana - lirsa – expressa bem a tendência predominante, à “transnacionalização dos espaços, de abertura das fronteiras nacionais para garantir as determinações das corporações e empresas com capacidade suficiente para manter fluxos no espaço mundializado...Na prática, o discurso da integração regional se reduz ao acondicionamento físico dos territórios para a livre circulação das mercadorias (todos os elementos que possam ter um valor de mercado) e os aspectos parciais administrativos (levantando as restrições burocráticas dos Estados-Territórios).”¹. Na lirsa, Andes, Floresta Amazônica, rios, pantanais, etc, (e suas populações) são apreendidos como obstáculos à integração efetiva da região na “busca pela competitividade”, conforme diziam o então presidente do BNDES brasileiro e o

¹ Ver Achkar, Marcel. *Una visión territorial de la integración*. Cono Sur Sustentable/Redeh-Amigos de la Tierra Uruguay. Manuscrito. 2006.

presidente da CAF, Sr Henrique Garcia em seminário realizado em 2003. ² Se a lirsã é iniciativa dos governos da região, “ela “está fundamentalmente voltada ao atendimento das demandas dos segmentos com forte atuação no mercado internacional”³.

C. As questões que ela levanta.

1/ Fragmentação do território

Os Estados-nações eram também Estados-territórios. As nações se definiam pela extensão do seu território e a cidadania pelo pertencimento a esse território. A construção dos Estados da região pode ser interpretada como uma história de tensão permanente entre a busca de unificação do território e dos seus habitantes pelo poder econômico e político e as múltiplas resistências exercidas por populações inseridas em territórios extremamente diversificados, biológica e humanamente. Mesmo que certos setores tenham imposto certas formas de exploração do território nacional que marcaram a economia do país, tais como mineração, pecuária, culturas da cana ou do café, etc., cada país manteve uma fisionomia própria diversificada: países das pampas, dos chacos, dos cerrados, das serras e dos altiplanos, dos bosques boreais e das florestas tropicais, dos desertos e das caatingas, dos pantanais e dos humedales..Cada ecossistema com seus povos.

Subordinados ao mercado global, “os espaços de integração regional oficialmente definidos apontam para a padronização da diversidade, a uniformização espacial e a intenção de hegemonia cultural”⁴. Por exemplo, a produção de soja ou de eucalipto e pinheiro uniformiza o espaço regional ao mesmo tempo em que exclui as populações locais das suas atividades tradicionais. Os espaços se tornam mero suporte para a atividade produtiva, sem a relação duradoura entre a atividade econômica e o ecossistema, que permite que uma realimente a outra; sem envolvimento da população local, que se torna obstáculo. E, quando não servem ao capital, são desprezados e abandonados. Essa integração, se desconsidera a diversidade dos ecossistemas, *a fortiori* ignora as populações locais na sua diversidade, étnica, de gênero, produtiva, cultural. Assim, “matrizes uniformizantes sobre territórios biodiversos consolidam a fragmentação dos espaços... Os Estados-Territórios procuravam a formulação de normativa de aplicação universal no interior do espaço da Nação, os processos de integração geram fragmentações orientadas pelos fluxos e reservatórios dos fatores de produção”⁵.. O desafio consiste em promover uma integração que barre a definitiva fragmentação, substituindo-a pela diversidade de projetos promovidos por atores e grupos sociais que se reconheçam plurais, mas solidários.

² Carvalho, Guilherme. *A integração Sul-americana e o Brasil: O protagonismo brasileiro na implementação do Iirsa*. Fase, Belém, 2004. P.21

³ Id. P.71

⁴ Achkar, id.

⁵ Id,ibid.

2/ Nacionalismos e Nações autônomas

Uma verdadeira integração exige Estados nacionais autônomos para que a integração não se comute em sub-imperialismo disfarçado ou não seja uma entregue total ao mercado global, como mencionado acima. Estados nacionais autônomos não significam nacionalismo. O nacionalismo associa-se à defesa das fronteiras e da integridade do território nacional, tendo por isso mesmo um forte componente militar. Para prosperar, ele precisa do conflito, aberto ou velado, real ou artificial. O nacionalismo precisa de inimigo a quem se opor. Ele é facilmente acionado quando um governo precisa fortalecer a sua imagem ou justificar certas das suas ações, quando é preciso desviar a atenção de certos problemas, reunificando a nação, quando ajuda a mascarar processos anti-nacionais. A ditadura militar brasileira cunhou assim a respeito da Amazônia brasileira o slogan *Integrar para não entregar*. A imprensa e certos setores políticos responderam à decisão da Bolívia de nacionalizar as jazidas e as indústrias de hidrocarbonetos com um apelo nacionalista rasteiro, lembrando que “as nações não têm amigos, só interesses”.

A contenda entre o Uruguai e a Argentina sobre as *papeleiras* do rio Uruguay adota tons nacionalistas diferentes do que a recusa do governo boliviano de acreditar a construção de uma siderurgia brasileira (se é que pode se dizer que o empreendimento do Sr Elke Batista era brasileiro) na província de Santa Cruz. Não se precisa de nacionalismos, mas de nações autônomas e de Estados soberanos fortes. E, para isso, precisa de povos nacionais que tenham um projeto de nação, não fundado sobre a oposição a outros povos e nações, mas sobre um projeto próprio e que os integra num projeto regional.

A pesar de que os países reconheçam em tese a assimetria existente entre eles e queiram reduzi-la, é evidente que, ao mesmo tempo que buscam construir uma política comum, defendem com unhas e dentes seus interesses. Quando o BNDES empresta dinheiro para obras em países vizinhos, o faz para financiar a produção de bens e serviços para essas obras no Brasil e para financiar as empresas brasileiras que vão executá-las. Atualmente, busca-se abrir o BNDES para que fomente atividades econômicas nos países vizinhos. Mas, si é difícil falar de sub-hegemonia, é inegável que o Brasil, dividido entre seus interesses e sua vontade de integração, se posiciona de modo a que sua liderança no processo de integração está garantido⁶. Frente ao “rolo compressor” da Argentina e do Brasil, a tentação é grande para o Paraguai e o Uruguai aceitar e mesmo promover uma integração a qualquer custo. Em contrapartida, a legitimidade popular conquistada pelo novo presidente da Bolívia lhe dá condição para recuperar o sentido de nação soberana e colocá-lo em boa posição para participar da integração regional.

⁶ Ver Carvalho, Guilherme. *A Integração Sul-Americana e o Brasil: O protagonismo brasileiro na implementação da Irsa*. Fase, Belém/PA, 2004.

3/ A integração política

Dois projetos de integração estão se desenhando. Um é protagonizado pelo governo brasileiro. Segundo explicação do Dr. Guido Mantega, então presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, o atual governo brasileiro reconhece que a globalização da economia é irreversível, e pretende participar desse processo como protagonista e não como coadjuvante. Para isso, o governo brasileiro empreendeu uma vigorosa política externa com vistas a estabelecer uma nova correlação de forças através da diminuição da dependência dos países emergentes, do aumento da autonomia dos países, da união de interesses comuns, e da ampliação do diálogo Sul-Sul⁷. A integração sul-americana é vista nesta perspectiva. Ela é assim um projeto brasileiro, mas o Brasil quer convencer os seus vizinhos que todos sairão ganhando ao se integrar coletivamente na economia mundial. Esse projeto é portado por amplos setores do empresariado, pela classe média e pela maioria dos trabalhadores do mercado formal.

A criação da Comunidade sul-americana de nações bem como a entrada da Venezuela no Mercosul, assim como a intenção manifestada por Evo Morales no mesmo sentido, colocam novos ingredientes, não só para uma integração econômica no marco do mercado global, mas para uma integração orientada para a região, tendo como um de seus pilares um novo discurso político, de unificação dos nossos destinos, de reconhecimento das assimetrias, de solidariedade e de apoio mútuo. Pode-se falar de um outro modelo emergente que pretende se construir em oposição ao mercado dominante. Essa oposição não significa ruptura, já que o seu principal expoente, Hugo Chavez, assenta a sua proposta sobre a economia do petróleo. Tanto ele quanto Evo Morales querem que a renda propiciada pelos hidrocarbonetos sirva em prioridade para reorientar o desenvolvimento dos seus países para a população pobre, mas, além disso, Chavez aproveita dessa renda para alavancar o seu projeto de integração bolivariana.

Esse modelo se apresenta com uma face venezuelana a tendências populistas e patriarcais e com uma face mais popular. Pois, se o governo venezuelano carece de movimentos sociais organizados para sustentar internamente seu projeto, não é o caso da Bolívia, cujo presidente, levado ao poder por um forte movimento social e étnico, é compelido a apresentar e defender um projeto de nação e de integração cuja centralidade esteja no resgate da autonomia do seu país e da dignidade e inclusão dos seus povos.

4/ O modelo de desenvolvimento

O modelo de desenvolvimento pretendido pelo governo brasileiro – e ressaltamos isso pela importância econômica de Brasil - para a América do Sul não é outro que o que está em curso no Brasil. Se trataria de aprofundar um modelo primário-exportador, com algumas poucas áreas de excelência industrial

⁷ Seminario Iirsa, BNDES, 23 de noviembre de 2005.

ou agrícola, sugando e destruindo os recursos naturais e, cada vez mais excludente. Com nuances, esse modelo está sendo adotado pela quase totalidade dos países da região.

Admitindo que caminhamos para uma alternativa política, na nossa perspectiva, essa alternativa encontrará seus limites cedo. O modelo de desenvolvimento proposto pelos que buscam uma outra integração é fundado sobre o mesmo padrão de produção e consumo. Esse padrão chegou a tal grau de sofisticação e de integração de mercado que dificilmente pode permitir bifurcar e tomar outro rumo. Ele enreda os governos em redes tecnológicas, comerciais e financeiras tais que somente profundas crises e intenso apoio popular permitiriam iniciar as rupturas necessárias para construir uma alternativa real.

O segundo limite é devido ao fato que a maioria dos setores progressistas no poder ou que gravitam ao seu redor acreditam que somente o crescimento no quadro desse modelo permitirá fornecer empregos e reduzir assim a pobreza. Crença ou medo de enfrentar a construção dolorosa e pouco gratificante no quadro da política tradicional de um outro desenvolvimento? O certo é que essa opção faz com que os dirigentes políticos estejam mais próximos dos que manejam há décadas e mesmo séculos o modelo dominante do que dos que os levaram ao poder, já que não encontram obviamente nestes últimos os conhecimentos, a experiência e os recursos para propulsar o crescimento.

O terceiro limite está na crise estrutural provocada pelo modelo adotado. Crise de empregos, pois, mesmo que haja ainda lugar em nossos países para um crescimento real dos empregos, sempre mais pessoas são dispensáveis, tanto como produtoras quanto como consumidoras. Crise de cidadania, pois o mercado constituído sobre esse padrão de produção e consumo substitui a democracia substantiva por um faz-de-conta no qual os rituais eleitorais mal disfarçam a descartabilidade de parte da população. Crise ambiental, pois, se há maior sensibilidade para com as grandes crises ambientais que estão se gestando – água, energia, clima, solo e biodiversidade – essa sensibilidade não afeta, senão marginalmente, a máquina embalada do crescimento a qualquer custo.

II. A integração que construímos.

A construção de uma integração só pode ser um processo histórico. Países e impérios se construíram e adquiriram identidade tanto em oposição a outros países e/o povos quanto por processos internos de afirmação e de pertencimento (construção da ocupação do território, do sistema jurídico, de valores, da função e dos aparelhos do Estado, as formas do desenvolvimento...). As guerras e os conflitos resultantes do fim de impérios e do colonialismo e da decadência de certos Estados, de um lado, e, do outro, do processo de transnacionalização do território sob a hegemonia neo-liberal, colocam os limites os impasses dos Estados-nação/Estados-território. Não estamos aqui negando a soberania dos países da região sobre seus territórios, mas, frente à entrega dos nossos

territórios à sanha do grande capital, já vemos que se quer reduzir os nossos Estados a guardiões da nova ordem econômica internacional, com seus aparatos ideológicos e repressivos voltados para a manutenção da ordem social e suas fronteiras se tornando barreiras de contenção às migrações. Enquanto isso, sempre mais pessoas se vêm excluídas de uma cidadania ativa. “A soberania nacionalista, construída sobre a idéia da existência de um Estado Nação em um território; e uma sociedade que se comporta como um grupo social, compartilhando interesses e objetivos”⁸ está sendo destruída pelas mesmas classes dominantes que a defendem nos seus discursos, pois a sua manutenção serve a seus interesses escusos. Continua Achkar:

“Frente a estos procesos contradictorios: integración – fragmentación, las sociedades desde sus distintos niveles de organización, confrontan otras alternativas de integración de los territorios. Partiendo de la lógica de ocupación territorial, el territorio es aquella porción del espacio ocupado organizado y gestionado por una comunidad, como categoría densa que contiene la historia que lo contiene.

Desde esta interpretación el concepto de soberanía territorial se diferencia sustancialmente de la soberanía nacionalista: La soberanía territorial se asocia a la capacidad de una grupo social de construir la historia que contiene y esta contenida en un territorio concreto. La integración aparece entonces como la consolidación de diversidad de territorios soberanos, con instancias de gestión participativa de los bienes de la naturaleza que integran el espacio. La complementariedad entre esta diversidad de territorios constituye la matriz de esta integración territorial. Esta complementariedad es un proceso de creación diversa según los objetivos diferentes de cada grupo social que estructura su espacio”. Esse processo de criação exige a participação diferenciada dos homens e das mulheres, para que não se reproduzem os esquemas de dominação de gênero e que a diversidade dos projetos seja realmente posta a prova. Por tanto, resulta poco probable la definición de una matriz homogénea, de aplicación universal para la complementariedad territorial a nivel regional.

Esta integração territorial não se opõe forçosamente à soberania nacionalista. Os Estados-nação, na medida em que se consegue inverter a sua identificação com as forças do mercado neo-liberal e com as classes dominantes, voltando a ser a expressão dos povos e das populações inseridas no seu território, são o ponto de partida da integração que buscamos. Partindo da afirmação das nossas soberanias nacionais assim entendidas e das expressões das nossas soberanias territoriais, a integração territorial parece tender a ser um processo que se deve construir a partir das experiências de cada grupo social. É isso que estamos ainda iniciando.

Reconhecemos que começamos um processo de integração por oposição ao modelo e às iniciativas já existentes. Antes de ser um projeto articulado de uma outra integração, é uma ação coletiva de resistência. Não poderia ser de outra forma já que não detemos os recursos e o poder de realizar e de influenciar

⁸ Achkar. Id.

decisivamente um projeto público de interação regional. Nosso “contra” não é de protesto por princípio ou por uma vaga utopia, mas de esperança numa transformação tanto possível quanto necessária:

1/ quando juntos travamos lutas contra a Alca, a OMC, o FMI, a dívida externa, o expansionismo norte-americano, a militarização do sub-continente, a concepção de integração da lursa;

2/ e, mais próximo, por exemplo, contra a hidrovía Paraguai-Paraná, a hidrovía e represas do rio Madeira, contra o gasoduto norte-sul, contra os impactos sociais e ambientais das empresas de hidrocarbonetos, de produção de papel, celulose e carvão vegetal, contra uma siderurgia no Pantanal, contra a monocultura da soja e os transgênicos e, mais amplamente, contra uma agricultura baseada sobre um pacote tecnológico que concentra o poder nas mãos da agroindústria e tende a reconcentrar a terra, excluindo boa parte do campesinato; contra a transnacionalização de uma zona de glaciares entre o Chile e a Argentina para a mineração, etc.

3/ Quando apoiamos lutas em países vizinhos (contra represas que afetam os Mapuches; uma usina nuclear na Patagônia, a repressão na Colômbia, contra a Petrobrás no Equador);

Essas lutas podem aparecer como ações meramente reativas, mas, ou porque é um projeto nosso em construção que nos faz reagir ou porque na própria reação e negação é que formulamos nossas alternativas, é nestas lutas de resistência que se esboça uma outra integração. Mas também esta se afirma positivamente:

1/ Quando dizemos que “Uma outra América Latina é possível” e fazemos do FSM e dos nossos encontros internacionais espaços de construção de integração, e, mais concretamente,

2/ quando defendemos uma agricultura camponesa, dentro dos marcos da soberania e da segurança alimentar e nutricional. Note-se que nosso projeto não é de integração das agriculturas da região, senão quando são claras as complementaridades, devido a tradições, climas, disponibilidade de espaço. A integração está na formulação de alternativas (o que pode significar integrar/descentralizar centros de pesquisa e tecnologia, certos elementos de agroindústria, por exemplo), na sua defesa e na sua implementação, cada um no seu país. A integração está na criação de movimentos como a Via Campesina e da CLOC e no debate travado por essas organizações e seus aliados, em particular sobre a soberania alimentar. Queremos dar prioridade á produção e aos mercados locais.

3/ quando propomos uma plataforma energética para a região que tenha como ponto de partida a soberania energética. A partir do questionamento dos usos da energia: quantidade e destino. Para indústrias eletro-intensivas e agricultura voltadas para exportação ou para indústrias locais e que agregam valores e para diminuir a igualdade social (cesta energética)? Para sustentar o transporte individual e o transporte rodoviário ou para promover o transporte público urbano, as ferrovias e a cabotagem e reduzir as necessidades de

transporte de mercadoria, aproximando a produção do consumo? Com mais construções de hidroelétricas, termoelétricas, usinas nucleares, gasodutos e oleodutos (que não recusamos em bloco numa perspectiva de transição) ou dando ênfase às energias renováveis, à economia e à conservação de energia? Com energias renováveis entregues ao mercado ou energias sustentáveis, com controle social?

5/ quando propomos que as regiões vistas por lirsa como obstáculos à integração - ecossistemas ainda preservados, Altiplano andino, Chaco, Pantanal, Floresta Amazônica - sejam consideradas como regiões onde populações na sua maioria tradicionais (povos indígenas e/ou negros ou mestiço instalados há tempo nessas regiões nas quais desenvolveram formas de viver e de se reproduzir adaptadas ao ecossistema) possam assegurar a sua soberania territorial.

6/ quando, frente à lirsa, propomos que as vias e comunicação priorizem as ligações entre territórios onde povos e setores da população constroem seus projetos diversificados de vida e de reprodução sustentáveis; entre as cidades e seu entorno, valorizando a produção camponesa e as suas estratégias de diversificação da agricultura e suas formas de gestão do território rural que garantem, por exemplo, o fornecimento de água de qualidade às cidades;

7/quando propomos que, frente ao modelo automotivo, sejam privilegiados os transportes coletivos;

8/ quando, frente ao mercado neo-liberal, afirmamos o potencial da economia solidária;

9/ quando propomos que as atividades de empresas na região e os empreendimentos públicos tenham como referência o padrão de leis ambientais, sociais e trabalhistas mais alto dentro da região ⁹, sugerindo assim um caminho para uma regulação pública regional.

III. Os desafios.

1/ Os setores sociais que valorizam a ascensão ao poder em vários países de presidentes de esquerda, sobretudo com Chaves e Evo Morales, se empolgam com as perspectivas de redução da dependência em relação à globalização neo-liberal e de construção da integração regional. Mas será que significa mudanças profundas na maneira de fazer política e de conduzir o Estado? A maioria não se mantém distante dos movimentos sociais que os levaram ao poder?

Quanto a sua visão de desenvolvimento, não continua sendo uma visão tradicional? É o padrão de produção e de consumo atuais dominantes que continuam sendo a sua referência. Se preocupam com o trabalho, mas continuam pensando que o crescimento da economia vai resolver o problema. O meio

⁹ ver o artigo de Julianna Malerba e Maria Elena Rodriguez. Extraterritorialidad y derechos humanos: el doble estándar de la Petrobrás em Yasuní (Ecuador). In Leroy Jean Pierre y Malerba, Julianna. *Petrobrás: ¿integración o explotación*”, Fase, Rio de Janeiro, 2005.

ambiente é uma preocupação periférica. Continuam pensando que o meio ambiente não pode atrapalhar o desenvolvimento.

2/ Se os governos de esquerda pensam assim, é em parte por convicção e em parte por avaliar que a conjuntura, mundial e, frequentemente, nacional, não lhes permitem se afastar dos cânones dominantes e das classes dominantes; mas também porque a maioria dos movimentos sociais têm a mesma concepção do desenvolvimento do que eles. O desafio é, portanto, convencer movimentos e organizações populares, sindicais e políticas e lideranças que não será possível qualquer integração na base do modelo atual. O marco desse diálogo é o questionamento da concepção de desenvolvimento corrente e aceita de forma pragmática e, positivamente, avançar numa concepção de sociedade sustentável que oriente as opções políticas para a construção de uma integração sobre outros bases do que a meramente econômica.

3/ A credibilidade das nossas idéias é também ligada à aceitação de uma transição do modelo atual de desenvolvimento e do seu padrão de produção e consumo para formas diferenciadas de sociedades sustentáveis e à formulação de propostas dirigidas à economia e à política dominantes para, progressivamente, mudar seu padrão de atuação. Como, por exemplo, dialogar com uma empresa como a Petrobrás, misto de multinacional e de empresa pública? Mas devemos dialogar, por exemplo, com os produtores de soja e as empresas da cadeia? A “responsabilidade social” empresarial faz parte do nosso ofício?

Estamos assistindo - e até participando - a uma inflexão inquietante na atuação das ONGs e mesmo de movimentos sociais. Frente às pressões que sofrem da parte dos consumidores do “norte” e de governos, por causa em particular de compromissos assumidos com a assinatura de tratados internacionais, grandes corporações e certos setores da economia tentam melhorar a sua imagem ambiental. Para isso, buscam legitimidade no aval da sociedade civil. Em lugar de promover a soberania territorial e a integração na diversidade, insidiosamente, estaríamos legitimando a transnacionalização do território.

4/ No plano dos valores, há ainda um enorme caminho a percorrer para nos aproximar de uma idéia de integração que não seja meramente a busca de supremacia comercial. Por ocasião das medidas do presidente Evo Morales de nacionalização dos recursos de hidrocarbonetos e das empresas petrolíferas, as reações no Brasil da imprensa e de representantes das classes dominantes foram unânimes em dizer que os interesses do país devem passar antes de quaisquer considerações. Como disse um embaixador aposentado, citando um presidente norte-americano do passado: “um país não tem amigos, só tem interesses”. Repetiram em relação à Bolívia a mesma atitude de desprezo que têm em relação aos pobres no Brasil.

5/ É preciso um debate amplo sobre o Nacionalismo. Assistimos à emergência ou ao ressurgimento de nacionalismos que reeditem concepções que pouco ou nada têm a ver com a solidariedade na qual esperamos que uma integração seja fundada. Se identificamos melhor o nacionalismo que se esconde

sob certos interesses econômicos e políticos transnacionalizados, vemos que o nacionalismo “patriótico”, assumido em particular pelas forças armadas, defensoras das fronteiras, é usado não somente pelos que querem uma integração estritamente de mercado quanto por setores políticos de esquerda. Para nós, a reflexão sobre a soberania territorial que iniciamos aqui indica um caminho para esse debate.

6/ Frente à fragmentação produzida pela integração promovida pelo grande capital, um importante desafio, para nós o mais fundamental, está em promover a diversidade. Nossa utopia, nosso projeto de construção de uma outra sociedade, não é de substituir um modelo único de produção e consumo e de mercado por outro, também único. Frente ao totalitarismo do mercado e das suas realizações no território, que não toleram a co-existência com a diversidade social e ambiental, estimamos que o futuro está na co-existência de projetos diferenciados de comunidades, de povos e de sociedades sustentáveis.

7/Enfim, colocamos aqui uma reflexão elaborada sobre o Brasil, mas que, parece-nos, pode ajudar a pensar caminhos para a nossa integração¹⁰. Para que esta utopia saia do estagio das experimentações e se generalize, é indispensável que se reduzam as relações de dependência. Isso passa pela recusa que a América do Sul continue sendo uma economia primário-exportadora. Não pregamos o isolamento dos nossos países e da região do resto do mundo, mas reafirmamos a necessidade desta região, com os recursos e a população que tem e com a sua abismal desigualdade, se voltar para um desenvolvimento mais endógeno. Necessitamos de novas e autênticas políticas de desenvolvimento que dêem prioridade aos mercados internos.

A produção industrial deve ser orientada neste sentido através de claras e permanentes políticas de estímulos ou desestímulos à produção, conforme o caso. Impostos, créditos e outros instrumentos que envolvam recursos públicos devem servir a este fim. Deve ser eliminado todo e qualquer subsídio ou outra forma de incentivo à produção de bens que não gere quantidade significativa de empregos, requeira o consumo intensivo de recursos naturais, seja de natureza altamente poluidora ou ameace a saúde dos trabalhadores envolvidos. Por outro lado, segmentos produtivos que atendam positivamente a estes requisitos deverão ser estimulados. Caso contrário, eles poderão ser fortemente taxados pelos danos causados à população e ao meio ambiente.

Tecnologias industriais de risco comprovado e de alto conteúdo energético devem ser objeto de restrições progressivas ou abandono. A introdução de novas técnicas e padrões de produção não pode permanecer subordinada à lógica do mercado e da rentabilidade financeira de curto prazo. A legislação e os recursos públicos podem viabilizar o desenvolvimento da ciência e tecnologia voltadas para este objetivo. A reutilização e reciclagem de sucatas e materiais, resíduos e subprodutos do próprio processo, bem como a redução do consumo de energia, água, matérias-primas e outros insumos em processos industriais devem ser

¹⁰ Este capítulo foi elaborado a partir do conjunto de estudos do Projeto Brasil Sustentável e Democrático.

objeto de estímulos específicos e as empresas responsabilizadas quando for o caso. Deve ser visado o prolongamento da vida útil dos bens se consumo.

A retomada, o aprofundamento ou o início de verdadeiras Reformas Agrárias numa visão de sustentabilidade, continuam sendo um imperativo social e de desenvolvimento para a região. Agricultura familiar e reforma agrária tem que ser visto também hoje, para além da função produtiva, como promotores da descompressão urbana, como fatores importantes da segurança alimentar e nutricional, por garantir potencialmente a diversidade fitogenética, a diversidade e qualidade alimentar, como prestadores de serviços públicos ambientais, pela produção e manutenção das águas, da biodiversidade, etc..

Precisa urgentemente adquirir, do poder público à sociedade, uma visão que pensa o território e as forças sociais atuantes nele, para que as políticas e as ações possam ser decididas numa perspectiva mais totalizante e pactuada. Contra a lógica desterritorializante da globalização, queremos a sustentabilidade dos lugares que exige respeito a diversidade cultural e ecológica, regulação social sobre o uso dos lugares e pactos territoriais. Quanto às políticas industriais, especial atenção deve ser dada aos padrões de localização da indústria. Por um lado, deve ser incentivada a desconcentração geográfica da produção, de modo a estimular atividades compatíveis com cada uma das regiões e cada localidade, aproximar a produção do consumo, economizando assim energia e produzindo empregos mais descentralizados. Mas, do outro, deve ser combatida a delocalização predatória, orientada pelo menor custo trabalhista, social e ambiental.

Contra o cerceamento do meio ambiente em áreas circunscritas a Unidades de Conservação, deixando o resto do território livre para a exploração e depredação, queremos uma política que percebe o meio ambiente como inserido na trama do território, nos espaços de produção, de residência, de deslocamento, de serviços. A gestão do meio ambiente não pode estar, de um lado, restrita a um Ministério e, do outro, entregue, como no caso da produção de grãos no Cerrado e na Amazônia e da Água, a interesses econômicos. Em particular, a gestão da água não se resolverá por acordos entre “usuários” em instâncias em que os interesses difusos da sociedade e do país não estejam ativamente representados. A necessidade vital de dispor da energia suficiente para um desenvolvimento endógeno e a supressão das enormes desigualdades existentes exige também uma visão de território e o debate societário o mais amplo e esclarecido possível. O desenvolvimento do transporte público de massas, do transporte de cargas por via marítima e ferroviária deve ocupar boa parte do espaço hoje ocupado por automóveis e caminhões.

As cidades não podem ser vistas como plataformas que viabilizam nossa “globalização”, subordinando todas as questões urbanas a essa estratégia. É preciso resgatar o sentido da cidade como lugar da vida, individual e societária, à qual o desenvolvimento deve estar subordinado, e lugar de vivência de uma cidadania mais igualitária. Precisa de políticas nacionais que agem sobre a construção do urbano no conjunto do território e que promovem as necessárias mudanças de estrutura de poder e de gestão na metrópoles.

As proposições formuladas aqui supõem mudanças profundas na cultura política. Em particular, sublinhamos aqui a necessidade de enraizar a prática do controle público e da sociedade sobre as instâncias que travam discussões e tomam decisões que afetam nosso futuro.

No que diz respeito ao processo de privatização dos serviços públicos, que envolve setores como os de energia elétrica, telecomunicações, petróleo, construção e manutenção de rodovias, portos e aeroportos, saneamento básico, abastecimento de água, transporte urbano e suburbano, entre outros, além de exigir que seja estancado e revertido, os serviços públicos serem rotulados de “públicos” não garantem uma gestão ao serviço da população. Impõe-se a necessidade de assegurar o controle público sobre esses serviços. Isso supõe uma redefinição do seu papel, no sentido da sua capacitação para assumir as atividades de regulação e fiscalização destas atividades: a criação ou o fortalecimento de conselhos, comissões, etc., com quadros da função pública preparados para isso e recursos próprios e a participação de setores da sociedade civil que tenham legitimidade para representar os interesses difusos da sociedade. As representações do setor privado, da área científica, das ONGs e das organizações sindicais e populares deveriam passar por órgãos colegiados cuja representatividade fosse reconhecida ou, quando não houver, por consultas tão amplas quanto possível.

Embora os Estados estejam se desfazendo da produção direta de bens, as instâncias regionais públicas em construção não podem renunciar a seu papel orientador de políticas de desenvolvimento econômico e social nos termos definidos acima. Mas não cabe mais que tais políticas, que colocam em jogo o futuro do conjunto da sociedade, de um lado, sejam totalmente subordinadas à política financeira e cambial e, do outro, sejam discutidas unicamente pela tecnoburocracia supostamente especializada e pela parte do setor privado que mais se afina com a abertura econômico regional. Cabe reforçar os órgãos públicos especializados voltados para isso, mas também submetê-los – e as políticas e propostas de desenvolvimento – à discussão pública.